

SENADO FEDERAL
MESA

Biênio 1995/1996

Presidente
JOSÉ SARNEY

1º Vice-Presidente
TEOTONIO VILELA FILHO

2º Vice-Presidente
JÚLIO CAMPOS

1º Secretário
ODACIR SOARES

2º Secretário
RENAN CALHEIROS

3º Secretário
LEVY DIAS

4º Secretário
ERNANDES AMORIM

Suplentes de Secretário
ANTÔNIO CARLOS VALADARES
EDUARDO SUPPLY
EMÍLIA FERNANDES
NEY SUASSUNA

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO
(10º VOLUME)

A ARBITRAGEM NOS PAÍSES DO MERCOSUL

ADRIANA NOEMI PUCCI



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS
DA INTEGRAÇÃO

BRASÍLIA - 1996



Senado Federal
Primeira Secretária
Subsecretaria de Edições Técnicas

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO
(10º VOLUME)

A ARBITRAGEM NOS PAÍSES DO MERCOSUL

ADRIANA NOEMI PUCCI

Advogada e Mestre em Integração Latino-Americana.

Editor e distribuidor
Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Via N-2 Unidade de apoio III - ao lado do
CEGRAF (pelo estacionamento à esquerda)
CEP 70165-900 Brasília, DF
Telefones: (061) 311-3576, 4755, 3578 e 3579
Fax: (061) 311-4258 e 321-7333
Telex: (061) 1357

Diretor: João Batista Soares de Sousa

Editoração eletrônica:

Subsecretaria de Edições Técnicas

Paulo Henrique Ferreira Nunes

Revisão:

Subsecretaria de Edições Técnicas

João Evangelista Belém

Impressão:

Centro Gráfico do Senado Federal

ISBN: 85 - 7018 - 154 - X

Pucci, Adriana Noemi.

A arbitragem nos países do Mercosul / Adriana Noemi Pucci. - -
Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto
Alegre : Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1996.
41 p. - - (Estudos da integração; v. 10)

Texto em português e espanhol.

1. Arbitragem internacional - - Países do Mercosul. 2. Direito
Internacional Público - - Países do Mercosul. I. Título. II. Série.

CDDir 341.163

NOTA EXPLICATIVA

A Associação Brasileira de Estudos da Integração (ABEI) tem como finalidade realizar estudos sobre temas da integração, especialmente a do Cone Sul, e o estabelecimento do respectivo mercado comum.

Constituída em agosto de 1991, seus associados docentes e os associados pesquisadores iniciaram trabalhos individuais e organizaram equipes de estudo.

Os frutos dessas atividades sairão nesta coleção de Estudos da Integração, que acolherá prazerosamente contribuições de pesquisadores nacionais e estrangeiros, pois constitui um dos seus objetivos a divulgação de obras que contribuam para a solução dos complexos problemas acarretados pela integração, nova e promissora realidade em nosso continente.

WALTER R. FARIA
DIRETOR-PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO

Sumário

1. Introdução	8
1. Introdução	9
2. A cláusula compromissória e o compromisso arbitral	12
2. La cláusula compromisoría y el compromiso arbitral	13
3. Procedimiento	20
3. Procedimiento	21
4. Laudo arbitral	28
4. Laudo arbitral	27
5. Execução do laudo arbitral	28
5. Ejecución del laudo arbitral	29
6. Considerações finais	34
6. Consideraciones finales	35

1. INTRODUÇÃO

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no mês de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, deram início a um processo de integração econômica, o Mercosul (Mercado Comum do Sul).

Preende-se, com a vigência do Mercosul, favorecer o intercâmbio de produtos entre os países-membros e também a otimização da produção dos bens regionais em prol da obtenção de uma maior e melhor inserção dos produtos da região no mercado mundial.

Com a integração econômica, foi incrementado o fluxo do intercâmbio comercial intra-regional, assim como nota-se um grande aumento da circulação de pessoas entre os países-membros e a realização de investimentos diversificados. Definitivamente, pode-se dizer que o Mercosul vai logrando o seu objetivo, que é o da ampliação do espaço econômico de seus membros.

Dentro dessa nova realidade econômica que vivem Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, é a nossa intenção valorizar a figura da *arbitragem*, pois consideramos que essa forma de solução de controvérsias, pouco usada em nossos países, pode vir a se transformar em uma alternativa rápida e eficaz para a solução dos conflitos originados entre empresários e comerciantes da região, ou entre empresários e comerciantes locais e investidores originários de terceiros países.

Com o advento do Mercosul (Mercado Comum do Sul), com a ampliação do mercado regional, ficaram em evidência as diferenças existentes entre as legislações dos quatro países, as diversas formas de interpretação da lei e a diferente formação profissional de advogados e juízes.

É nesse sentido que a *arbitragem* se apresenta como uma forma mais ágil de solução das pendências que surjam entre os particulares que residem, investem ou trabalham nos quatro países.

Lamentavelmente nossas legislações sobre a arbitragem estão atrasadas em relação às legislações dos países europeus e, fundamentalmente, da legislação dos países de tradição anglo-saxônica. Talvez pela escassa utilização do instituto, pela falta de conhecimento do mesmo, ou ainda por ambas razões, existem ainda em nossos países disposições anacrônicas que desestimulam a utilização da *arbitragem*.

Cabe salientar que as legislações da Argentina, Paraguai, Uruguai e a nova legislação sobre arbitragem do Brasil assemelham-se nesta

1. INTRODUCCIÓN

Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay en el mes de Marzo de 1991, con la firma del Tratado de Asunción, comenzaron un proceso de integración económica, el Mercosur (Mercado Común del Sur).

Con la vigencia del Mercosur se busca favorecer el intercambio de productos entre los países miembros, como así también, optimizar la producción de bienes regionales en pro de la obtención de una mayor y mejor inserción de los productos de la región en el mercado mundial.

Con la integración económica se vio incrementado el flujo del intercambio comercial intrarregional, así como puede observarse un gran aumento de la circulación de personas entre los países miembros, y la realización de diversas clases de inversiones. Definitivamente, puede decirse que el Mercosur va logrando su objetivo, cual es la ampliación del espacio económico de sus miembros.

Dentro de esta nueva realidad económica que viven Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, queremos revalorizar la figura del *arbitraje*, puesto que consideramos que esta forma de solución de disputas, poco usada en nuestros países, puede llegar a transformarse en una alternativa rápida y eficaz para la solución de los conflictos que se originen entre empresarios y comerciantes de la región, o entre empresarios locales e inversionistas oriundos de terceros países.

Con la llegada del Mercosur (Mercado Común del Sur), con la ampliación del mercado regional, quedaron en evidencia las diferencias existentes entre las legislaciones de los cuatro países, las diversas formas de interpretación de la ley, así como la diferente formación jurídica y profesional de abogados y jueces.

Dentro de este nuevo marco, el *arbitraje* se presenta como un medio ágil de solución de los conflictos que surjan entre los particulares que residen, invierten o trabajan en los cuatro países.

Lamentablemente nuestras legislaciones sobre arbitraje están atrasadas en relación a las vigentes en países europeos, y sobre todo en relación a la vigente en países de tradición anglosajona. Tal vez sea por la escasa utilización del instituto, o por la falta de conocimiento del mismo, o tal vez por ambas razones, que aún existen en nuestros países disposiciones anacrónicas que desestimulan el uso del *arbitraje*.

Cabe señalar que las legislaciones vigentes de Argentina, Paraguay, de Uruguay y la nueva ley sobre *arbitraje* del Brasil, se asemejan bastante en

matéria. Queremos ressaltar que no Brasil acaba de se operar uma grande transformação em relação à matéria arbitral como um todo, devido à sanção da nova lei, a qual modifica substancialmente a concepção da *arbitragem* no Brasil.¹

Nos direitos internos, a arbitragem está prevista nos códigos processuais da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, e, em nível internacional, nossos países são signatários da maioria das convenções internacionais existentes sobre a matéria.

Assim, dentro do que poderíamos chamar de convenções de caráter mundial, a Argentina² e o Uruguai³ ratificaram a Convenção de New York, de 1958, sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros; o Brasil ratificou a Convenção de Genebra sobre Arbitragem, de 1923⁴. No âmbito interamericano, a Argentina⁵, o Paraguai⁶ e o Uruguai⁷ ratificaram a Convenção sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros de Montevideo, de 1979; o Brasil aprovou-a através do Decreto Legislativo nº 93, de 20.06.95, e, segundo nos consta, ainda não foi promulgada por meio de Decreto Presidencial. Argentina⁸, Brasil⁹, Paraguai¹⁰ e Uruguai¹¹ ratificaram a Convenção sobre Arbitragem Comercial Internacional do Panamá, de 1975.

O objetivo do presente informe é transmitir aos leitores as semelhanças e diferenças legais e de jurisprudência atualmente existentes entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em relação à *arbitragem*.

¹ Lei nº 9.307, 23 de setembro de 1996. *DOU*, a. 104, n. 186, 24 set. 1996.

² *Adla*, 48-D, 4230.

³ Decreto - Ley nº 15.229.

⁴ Decreto nº 21.187 de 22 de março de 1932.

⁵ GOZALINI, Osvaldo Alfredo. *Formas alternativas para la solución de conflictos*.

Buenos Aires : Depalma, 1995. p. 217.

⁶ DOLINGER, Jacob, TIBURCIO, Carmen. *Vade-Mécum de Derecho Internacional Privado*. Rio de Janeiro : Renovar, 1994. p. 675 y 931.

⁷ Uruguay ratificó la Convención Interamericana de Montevideo de 1979 mediante el Decreto-Ley nº 14.953, del 12 de noviembre de 1979.

⁸ Lei 24.322. Sanción: 11.5.94. Promulgación: 15.6.94. Publicación: *DO* 17.6.94.

⁹ *Diario Oficial* (Anales de Legislación Argentina), LIV-C, p. 2776.

¹⁰ *Diario Oficial* da União, p. 8012, 10 maio 1996.

¹¹ Paraguay ratificó la Convención Interamericana de Panamá de 1975 mediante la Ley nº 611, del 24 de noviembre de 1976.

¹² DOLINGER, op. cit., p. 675 y 931.

esta materia. Queremos resaltar que en el Brasil acaba de operarse una gran transformación en relación a la materia del *arbitraje* como un todo, debido a la sanción de la nueva ley, la cual modifica sustancialmente la concepción sobre el *arbitraje* en este país¹.

En los ordenamientos jurídicos internos, el arbitraje está previsto en los códigos de procedimientos de Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay, y a nivel internacional, nuestros países son signatarios de las convenciones internacionales existentes sobre el tema.

Así, dentro de lo que podríamos llamar de convenciones de carácter mundial, Argentina² y Uruguay³ ratificaron la Convención de New York de 1958, sobre Reconocimiento y Ejecución de Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros; el Brasil ratificó la Convención de Ginebra sobre Arbitraje de 1923⁴.

En el ámbito interamericano Argentina⁵, Uruguay⁶ y Paraguay⁷ ratificaron la Convención sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros de Montevideo de 1979; el Brasil aprobó dicha convención por medio del Decreto Legislativo nº 93 de 20/06/95⁸, sin que, según lo que nos consta, haya sido promulgada por medio de Decreto Presidencial. Argentina⁹, Brasil¹⁰, Paraguay¹¹ y el Uruguay¹² ratificaron la Convención sobre Arbitraje Comercial Internacional de Panamá de 1975.

¹ Ley nº 9.307, del 23 de septiembre de 1996. Publicada en el *Diario Oficial*, a. 104, n. 186, 24 set. 1996.

² Conf. *Adla*, 48-D, 4230.

³ Uruguay ratificó la Convención de New York mediante el Decreto - Ley n. 15.229.

⁴ Brasil ratificó la Convención de Ginebra mediante el Decreto nº 21.187, del 22 de marzo de 1932. Conf. MAGALHÃES, José Carlos de, BAPTISTA, Luiz Olavo. *Arbitragem comercial*. Rio de Janeiro : Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1986. p. 64.

⁵ GOZALINI, Osvaldo Alfredo. *Formas alternativas para la solución de conflictos*, Buenos Aires : Depalma, 1995. p. 217.

⁶ Uruguay ratificó la Convención Interamericana de Montevideo de 1979 mediante el Decreto-Ley nº 14.953, del 12 de noviembre de 1979.

⁷ DOLINGER, Jacob, TIBURCIO, Carmen. *Vade-Mécum de Derecho Internacional Privado*. Rio de Janeiro : Renovar, 1994. p. 675 y 931.

⁸ Legislación Federal. *Rev LEX*, 59, p. 1174, abr./jun. 1995.

⁹ Ley 24.322. Sanción: 11/05/94. Promulgación: 15.6.94. Publicación: *DO* 17.6.94. *ADLA* (Anales de Legislación Argentina), LIV-C, p. 2776.

¹⁰ *Diario Oficial* da União, p. 8012, 10 maio 1996.

¹¹ Paraguay ratificó la Convención Interamericana de Panamá de 1975 mediante la ley nº 611, del 24 de noviembre de 1976.

¹² DOLINGER, op. cit., p. 675 y 931.

Nessa ordem, faremos a seguinte abordagem do tema: começaremos pela análise das regulamentações e interpretações da Cláusula Compromissória e do Compromisso Arbitral para logo em seguida nos referirmos aos procedimentos arbitrais previstos nos quatro países, incluindo neste tópico o referente ao laudo arbitral e à possibilidade de sua execução nos ordenamentos jurídicos em estudo.

2. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E COMPROMISSO ARBITRAL

Como sabemos, a submissão à arbitragem opera-se mediante a inserção de uma *cláusula arbitral* no contrato, ou mediante a elaboração de um *compromisso arbitral*.

Define-se a cláusula arbitral como um dispositivo em virtude do qual as partes, vinculadas por um contrato, estabelecem que as possíveis controvérsias que surjam por ocasião dessa negociação sejam resolvidas pela arbitragem.

Por outro lado, o compromisso arbitral é um instrumento pelo qual as partes, ainda que não tenham pactuado anteriormente (mediante uma cláusula compromissória) a submissão de suas pendências a árbitros, suscitado o conflito, decidem submeter o litígio à arbitragem para sua instrumentalização. Ambas são formas conhecidas também como *acordos de arbitragem*.

Tanto na Argentina ("Art. 736 ... la sujeción a juicio arbitral puede ser convenida en el contrato o en un acto posterior" - Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina) como no Uruguai ("Art. 473.1 - En todo contrato o en acto posterior, podrá establecerse que las controversias que surjan entre las partes deberán dirimirse en juicio arbitral...") "Art. 475 - Alcance de la cláusula compromissoria. - La cláusula compromissoria supone la renuncia a hacer valer ante la jurisdicción ordinaria las pretensiones referidas en dichas cláusulas, las que se someten a la decisión de los árbitros." - Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay), e na nova lei sobre arbitragem no Brasil (Art. 3º - "As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.") a cláusula arbitral goza de força vinculante. Quer dizer: pactuada a arbitragem mediante uma cláusula arbitral ou mediante um compromisso, caso uma das partes, acontecido o conflito, se recusar à submissão à arbitragem e optar por

El objetivo de del presente informe es transmitir a los lectores las semejanzas y diferencias legales y jurisprudenciales actualmente existentes entre Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay en relación al arbitraje.

En este orden abordaremos el tema de la siguiente manera: comenzaremos por el análisis de los dispositivos e interpretaciones vigentes en relación a la Cláusula Compromissoria y al Compromiso Arbitral, para, en seguida, referirnos a los procedimientos arbitrales previstos en los cuatro países, incluyendo aquí el análisis de lo concerniente al laudo arbitral y a las posibilidades de su ejecución en los ordenamientos jurídicos en análisis.

2. CLÁUSULA COMPROMISSORIA Y COMPROMISSO ARBITRAL

Como sabemos, la sumisión a arbitraje se opera mediante la inclusión de una *cláusula arbitral* en el contrato, o mediante la elaboración de un *compromiso arbitral*.

Definimos la cláusula arbitral como un dispositivo en virtud del cual las partes, vinculadas por un contrato, establecen que las posibles controversias que surjan con motivo de dicha negociación sean resueltas por arbitraje.

Por otro lado, el compromiso arbitral es un instrumento por el cual las partes, suscitado el conflicto, deciden someter el litigio a arbitraje. Ambas formas son conocidas también como *acuerdos de arbitraje*.

Tanto en Argentina ("... la sujeción a juicio arbitral puede ser convenida en el contrato o en un acto posterior." - art. 736 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina) como en el Uruguay ("473.1 - En todo contrato o en acto posterior, podrá establecerse que las controversias que surjan entre las partes deberán dirimirse en juicio arbitral...") "Art. 475 - Alcance de la cláusula compromissoria - La cláusula compromissoria supone la renuncia a hacer valer ante la jurisdicción ordinaria las pretensiones referidas en dichas cláusulas, las que se someten a la decisión de los árbitros." Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay), como en la nueva ley sobre arbitraje en el Brasil (Art. 3 - "As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral"), ambas formas de comprometerse en árbitros tienen los mismos efectos jurídicos.

Con esto queremos decir que pactado el arbitraje sea por medio de

socorrer-se do Judiciário para resolver a pendência, os tribunais desses países se declararão incompetentes para conhecer da referida controversia.

Os efeitos que ambas as figuras têm nesses países é que elas afastam o Judiciário do conhecimento da controversia e podem ser apresentadas como exceção, quando uma das partes se recusa à submissão da arbitragem e tenta valer-se da justiça togada.

A lei do Paraguai, a mais adiantada nesse aspecto, não faz distinção entre cláusula compromissória e compromisso arbitral. O Código Processal paraguaio limita-se a assinalar que a submissão à arbitragem poderá ser prevista no contrato ou em ato posterior e expressa ainda que o referido acordo poderá ser formalizado por instrumento público ou privado, ou por intercâmbio de cartas, telegramas, telex ou outros meios idôneos. (Art. 777 do Código Processal del Paraguay. "Instrumentación - Todo acuerdo relativo al arbitraje podrá formalizarse por escritura pública o instrumento privado. También podrá hacerse por cante de cartas, telegramas colacionados, comunicaciones por télex o otros medios idóneos.")

Prevista uma cláusula arbitral, na Argentina, no Brasil, segundo a nova lei, e no Uruguai, caso uma das partes, ocorrida a controversia, se recuse à instauração da arbitragem, a outra parte poderá recorrer ao Judiciário e o Juiz togado ordenará à parte inadimplente a assinatura do compromisso sob pena de, se recusando a fazê-lo, ser este outorgado em seu nome.

"... Presentada la demanda... ante el juez que hubiese sido competente para conocer la causa, se conferirá traslado al demandado por diez días y se designará audiencia para que las partes concurren a formalizar el compromiso..." (art. 742 do Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina).

"Resistencia a otorgar el compromiso - Si una parte obligada por una cláusula compromisoria se resistiera luego a otorgar el compromiso, se podrá solicitar del tribunal competente... que lo otorgue en nombre del omiso, designe el árbitro, fije el procedimiento y señale los puntos que han de ser objeto de decisión..." (art. 478 do Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay).

"Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação

una cláusula compromisoria o por un compromiso arbitral, caso una de las partes, ocurrida la controversia, se niegue a seguir la vía arbitral y opte por acudir ante la Justicia estatal para resolver la pendencia, los jueces de estos países se declararían incompetentes para conocer en dicha controversia y orientarán a las partes en el sentido de someterse a arbitraje.

Los efectos que ambas figuras tienen en estos países es que ellas apartan al Juez estatal del conocimiento de la causa, y además pueden ser presentadas como excepción de incompetencia cuando una de ellas se niega a someterse a arbitraje y acude a la Justicia estatal para hacer valer sus derechos.

La ley del Paraguay (art. 777 del Código Procesal del Paraguay), la más moderna según nuestra apreciación en relación a este tema, no distingue entre cláusula y compromiso arbitral. El Código Procesal paraguayo se limita a declarar que el sometimiento a arbitraje podrá constar en un contrato o en un acto posterior, y continua expresando, que incluso dicho acuerdo podrá ser formalizado por instrumento público o privado, o por el intercambio de cartas, telegramas, telex u otros medios idôneos. (Art. 777 do Código Procesal del Paraguay. "Instrumentación - Todo acuerdo relativo al arbitraje podrá formalizarse por escritura pública o instrumento privado. También podrá hacerse por cante de cartas, telegramas colacionados, comunicaciones por télex u otros medios idóneos.")

Prevista uma cláusula arbitral, na Argentina, en el Brasil, según la nueva ley, y en el Uruguay, caso que una de las partes, ocurrida la controversia, se recuse a someterse a arbitraje, la otra parte podrá acudir ante la Justicia estatal y el Juez intinará al incumplido a firmar el compromiso arbitral bajo pena de que, caso que se niegue a hacerlo, él lo otorgará en su nombre.

"... Presentada la demanda... ante el juez que hubiese sido competente para conocer la causa, se conferirá traslado al demandado por diez días y se designará audiencia para que las partes concurren a formalizar el compromiso..." (art. 742 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina).

"Resistencia a otorgar el compromiso - Si una parte obligada por una cláusula compromisoria se resistiera luego a otorgar el compromiso, se podrá solicitar del tribunal competente... que lo otorgue en nombre del omiso, designe el árbitro, fije el procedimiento y señale los puntos que han de ser objeto de decisión..." (art. 478 del Código General del

da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim" (art. 7º da Lei nº 9.307, nova lei sobre arbitragem no Brasil).

No Paraguai, a lei avança um pouco mais, estipulando que, existindo uma cláusula arbitral, caso uma das partes recuse submeter-se à arbitragem, o Juiz togado, por requerimento da parte, ordenará a instauração do tribunal arbitral ("Suscitado un conflicto entre los contratantes, cualquiera de ellos podrá solicitar a la autoridad nominadora que proceda a la integración del Tribunal Arbitral, de acuerdo con el procedimiento que aquélla establezca"; arts. 821 e seguintes do Código Procesal del Paraguay).

As leis da Argentina, a nova lei do Brasil, a do Paraguai e do Uruguai, nos artigos 742 do Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina, art. 7º da nova lei do Brasil, art. 821 e seguintes do Código Procesal Civil del Paraguay, e art. 478 do Código General del Proceso del Uruguay, prevêem um procedimento específico a ser seguido por quem quiser fazer cumprir uma cláusula arbitral.

Em virtude de tais procedimentos, prevista uma cláusula arbitral e na recusa de uma das partes à submissão a arbitragem, a lei argentina, a nova lei brasileira e a uruguaia permitem ao Juiz togado que obrigue o inadimplente a assinar o compromisso arbitral; enquanto a lei paraguaia ordena diretamente a constituição do Tribunal Arbitral.

No Brasil, segundo já foi apreciado, a situação mudou radicalmente com a sanção da nova lei sobre arbitragem.

Anteriormente à sanção da lei, no âmbito de direito interno, no Brasil somente era possível a submissão à arbitragem mediante a formalização do compromisso arbitral (art. 1.037 do Código Civil e art. 1.072 do Código de Processo Civil, ambos hoje derogados). A cláusula arbitral era considerada uma obrigação de fazer que somente gerava para a parte prejudicada o direito a reclamar perdas e danos pelo seu não-cumprimento.

Caso uma das partes procurasse o Judiciário, surgida uma pendência e tendo sido prevista uma cláusula arbitral, o Juiz brasileiro declarava-se competente e conhecia da controvérsia, afastando, assim, a competência originariamente atribuída pelas partes aos árbitros na cláusula arbitral.

Dentro do âmbito do direito internacional brasileiro, cumpre

Proceso de la República Oriental del Uruguay).

"Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim" (art. 7º, Ley nº 9.307 del Brasil).

En el Paraguay, la ley avanza un poco más, estipulando que, existiendo una cláusula arbitral, caso una de las partes se niegue a someterse a arbitraje, el Juez estatal ordenará la constitución del tribunal arbitral ("Suscitado un conflicto entre los contratantes, cualquiera de ellos podrá solicitar a la autoridad nominadora que proceda a la integración del Tribunal Arbitral, de acuerdo con el procedimiento que aquélla establezca"; arts. 821 y siguientes del Código Procesal del Paraguay).

Las legislaciones de Argentina, la nueva ley del Brasil, del Uruguay y del Paraguay, en los artículos 742 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina; art. 7º de la nueva ley del Brasil; arts. 821 y siguientes del Código Procesal Civil del Paraguay, y el art. 478 del Código General del Proceso del Uruguay, prevén un procedimiento específico a ser seguido por quien quiera hacer valer la cláusula arbitral.

En virtud de tales procedimientos, prevista una cláusula arbitral y negándose una de las partes a someterse a arbitraje, la ley argentina, la nueva ley brasileña y la uruguaya, permiten que el Juez estatal obligue al incumplido a firmar el compromiso arbitral; y la ley paraguaya ordena directamente la constitución del Tribunal Arbitral.

En el Brasil, según lo mencionado anteriormente, la situación cambió radicalmente con la sanción de la nueva ley sobre arbitraje.

Anteriormente a la sanción de la ley, y dentro del derecho interno brasileño, sólo era posible de someterse a arbitraje mediante la formalización del compromiso arbitral (art. 1.037 del Código Civil brasileño y art. 1.072 del Código Procesal Civil brasileño, ambos derogados). La cláusula arbitral era considerada una obligación de hacer que solamente daba derecho a reclamar daños y perjuicios por su incumplimiento.

En caso que una de las partes acudiese ante el Juez estatal habiéndose previsto una cláusula arbitral, el Juez brasileño se declaraba competente para conocer en la causa, desconociendo, de esta forma, la competencia atribuida originalmente a los árbitros en la cláusula arbitral.

Dentro del ámbito del derecho internacional brasileño, corresponde

salientar que a tradicional interpretação dada pela jurisprudência dos tribunais aos efeitos da cláusula arbitral inserida nos contratos internacionais sofreu uma importante mudança a partir do julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça na causa *Lloyd Brasileiro contra Ivarans* - Rederi em 1990¹².

Anteriormente à referida data, aplicava-se à cláusula arbitral nos contratos internacionais a mesma interpretação dada no direito interno. Assim, pactuada uma cláusula arbitral em um contrato internacional, se a parte brasileira recorria ao juiz brasileiro, este declarava-se competente e manifestava que no Brasil a cláusula arbitral não tinha força para instaurar a arbitragem.

Com ocasião da referida decisão, o Superior Tribunal de Justiça mudou a interpretação que nos contratos internacionais, em virtude do princípio da *boa-fé* que deve presidir toda negociação internacional, um contratante não podia primeiro pactuar uma cláusula arbitral e logo após surgida a controvérsia se negar à submissão à arbitragem, amparando-se nas disposições internas do direito brasileiro.

O Tribunal acolheu o argumento sustentado pelo Professor José Carlos de Magalhães, no sentido de que o Brasil, sendo ratificante do Protocolo de Genebra de 1923, que não distingue entre os efeitos da cláusula compromissória e do compromisso arbitral, deveria, no âmbito dos contratos internacionais, aceitar que a cláusula e o compromisso têm os mesmos efeitos para obrigar as partes a se submeterem à arbitragem.

Esse argumento é completado pelo seguinte raciocínio: embora a Convenção de Genebra de 1923 tenha caído em desuso na prática do comércio internacional pela posterior aprovação da Convenção de Nova York de 1958, tal instrumento era o único que vinculava o Brasil às demais nações; portanto, devia ser aplicado.

No voto proferido pelo Ministro Gueiros Leite pode-se ler: "... Da mesma opinião comunga José Carlos de Magalhães. Ressalta ele que, no Direito brasileiro, exatamente por força do Protocolo, também se distinguem os contratos sobre arbitragem em internos e internacionais, submetendo-se a regimes jurídicos diversos. Nos contratos internos, a

¹² Superior Tribunal de Justiça. 24 de abril de 1990. *Cia de Navegação Lloyd Brasileiro e outras vs. Ivarans Rederi, LEX*, Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Federais Regionais, v. 18, n. 108, p. 116, 1991.

señalar que la tradicional interpretación dada a los efectos de la cláusula compromissoria, sufrió una importante mudanza a partir del fallo del Superior Tribunal de Justicia en el caso "Lloyd Brasileiro vs. Ivarans - Rederi" (año 1990)¹³.

Anteriormente a este fallo, se aplicaba a los contratos internacionales la misma interpretación que, en relación a sus efectos, la cláusula arbitral tenía en el derecho interno brasileño.

Así, habiéndose pactado una cláusula arbitral en un contrato internacional, si la parte brasileña acudía al juez brasileño, este se declaraba competente y manifestaba que en el Brasil la cláusula arbitral no tenía fuerza para obligar a las partes a someterse a arbitraje.

Con motivo de la emisión de dicho fallo, el Superior Tribunal de Justicia cambió la tradicional interpretación argumentando que en los contratos internacionales, en virtud del principio de buena fe que debe presidir toda negociación internacional, un contratante no puede en un primer momento pactar una cláusula arbitral, y luego, surgida la controversia, negarse a someterse a arbitraje amparándose en las disposiciones del derecho interno brasileño.

El Superior Tribunal de Justicia hizo suyos los argumentos que venían siendo esgrimidos por la doctrina local, principalmente por el Profesor José Carlos de Magalhães, quien afirmaba que debía hacerse una distinción entre contratos internos e internacionales, y que estos últimos estaban amparados por las disposiciones del Protocolo de Ginebra de 1923, del cual Brasil es parte, que no hace ninguna distinción entre los efectos de la cláusula compromissoria y del compromiso arbitral.

Este argumento era complementado por el siguiente raciocinio: si bien dicho Protocolo estaba fuera de uso a nivel internacional, debido a la posterior aprobación de la Convención de New York de 1958, este era el único instrumento que vinculaba al Brasil con otros países en materia de arbitraje, por lo tanto debía ser aplicado.

En la fundamentación del "voto" emitido en la ocasión por el Ministro Gueiros Leite, miembro del Superior Tribunal de Justicia, puede leerse: "Da mesma opinião comunga José Carlos de Magalhães. Ressalta ele que no Direito brasileiro, exatamente por força do Protocolo, também se distinguem os contratos sobre arbitragem em internos e internacionais,

¹³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Cia de Navegação Lloyd Brasileiro e outras vs. Ivarans Rederi*, 24 de abril de 1990. *LEX*, Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Federais Regionais, v. 18, n. 108, p. 116, 1991.

cláusula arbitral constitui obrigação de fazer e não importa na instituição automática do juízo arbitral, que ficará na dependência do compromisso, formalizado de acordo com os termos do art. 1.039 do CC e do art. 1.074 do CPC. Nos contratos internacionais, submetidos ao Protocolo, a cláusula arbitral prescinde do ato subsequente do compromisso e, por si só, é apta para instituir o juízo arbitral. Essa diversidade é acolhida internacionalmente nos tribunais franceses e americanos, que têm considerado válidas cláusulas arbitrais em contratos internacionais [...] O mesmo autor, secundado por Luis César Ramos Pereira, é de opinião que, até mesmo nos contratos internacionais não sujeitos ao Protocolo, há que conferir validade plena à cláusula arbitral, pelo simples fato de que deve prevalecer o princípio da boa-fé".¹³

A partir da sanção da nova lei, ficaram, no Brasil, equiparados, tanto em relação ao direito interno quanto ao direito internacional, os efeitos da cláusula compromissória e do compromisso arbitral; portanto a previsão de uma cláusula compromissória em um contrato obriga as partes a se submeterem à arbitragem.

3. PROCEDIMIENTO

O procedimento poderá ser criado pelas partes ou pelos árbitros, denominado-se neste caso procedimento *ad hoc*. Também, poderão ser escolhidos alguns dos procedimentos previstos pelas distintas instituições arbitrais.

Existen, em nível regional e nacional, diversas instituições arbitrais. Podemos citar dentre elas, no âmbito americano, a CIAC (Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial); no âmbito do Mercosul, o Tícamer (*Tribunal Internacional de Conciliación y de Arbitraje del Mercosur*); e, em nossos países, a Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo, da FIESP, o Tribunal Arbitral da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o *Centro de Conciliación y Arbitraje de la Bolsa de Comercio de Uruguay*, a *Cámara Arbitral de la Bolsa de Cereales de Buenos Aires*, o *Tribunal de Arbitraje General de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires*.

Os quatro ordenamentos processuais em análise deixam à vontade das partes a decisão da escolha do procedimento. Somente no caso de ausência de manifestação delas é que se aplicarão os procedimentos previstos em cada uma das legislações processuais.

¹³ *Ibidem*, p. 117.

submetendo-se a regimes jurídicos diversos. Nos contratos internos, a cláusula arbitral constitui obrigação de fazer e não importa na instituição automática do juízo arbitral, que ficará na dependência do compromisso, formalizado de acordo com os termos do art. 1.039 do CC e do art. 1.074 do CPC. Nos contratos internacionais, submetidos ao Protocolo, a cláusula arbitral prescinde do ato subsequente do compromisso e, por si só, é apta para instituir o juízo arbitral. Essa diversidade é acolhida internacionalmente nos tribunais franceses e americanos, que têm considerado válidas cláusulas arbitrais em contratos internacionais [...] O mesmo autor, secundado por Luis César Ramos Pereira, é de opinião que, até mesmo nos contratos internacionais não sujeitos ao Protocolo, há que conferir validade plena à cláusula arbitral, pelo simples fato de que deve prevalecer o princípio da boa-fé".¹⁴

A partir de la sanción de la nueva ley en el Brasil, quedaron equiparados tanto en relación al derecho interno cuanto en relación al derecho internacional, los efectos de la cláusula compromisoria y del compromiso arbitral; por lo tanto la inclusión de una cláusula compromisoria en un contrato obliga a las partes a someterse a arbitraje.

3. PROCEDIMIENTO

El procedimiento podrá ser creado por las partes o por los árbitros, denominándose en este caso de procedimiento *ad hoc*. También, podrán ser adoptados procedimientos previstos por las distintas instituciones arbitrales.

Existen, a nivel regional y nacional, diversas instituciones arbitrales. Podemos citar entre ellas a nivel americano la CIAC (Comisión de Arbitraje Comercial), en el ámbito del Mercosur, el Tícamer (Tribunal Internacional de Conciliación y de Arbitraje del Mercosur), y en nuestros países, la Cámara de Mediación y de Arbitraje de São Paulo, de la FIESP (Federación das Industrias do Estado de São Paulo), el Tribunal Arbitral de la Cámara de Comercio Brasil-Canadá, el Centro de Conciliación y Arbitraje de la Bolsa de Comercio del Uruguay, la Cámara Arbitral de la Bolsa de Cereales de Buenos Aires, el Tribunal de Arbitraje General de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires.

Los cuatro ordenamientos jurídicos en análisis dejan a la autonomía de las partes la decisión sobre la elección del procedimiento. Solo en

¹⁴ *Ibidem*, p. 117.

Somentemente a lei do Paraguai regula um procedimento específico para o caso da arbitragem.

Nos arts. 794 e seguintes do *Código Processal del Paraguay*, regula-se um verdadeiro procedimento onde se faz referência às notificações, prazos, incidentes, costas e multas sobre o conteúdo da petição e da reconvenção.

As leis da Argentina, a nova lei do Brasil e a do Uruguai não prevêem um procedimento especial; no caso de ausência de manifestação das partes, elas remetem aos procedimentos *sumario*, no caso da Argentina (art. 751 do *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina*) e *ordinario*, no caso do Uruguai (art. 489 do *Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay*).

A nova lei do Brasil, no seu art. 21, prevê que o procedimento obedecerá ao estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, facultando-se, ainda, às partes delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, o procedimento regular.

FIGURAS ESPECIAIS PREVISAS NOS PROCEDIMENTOS ARBITRAIS DA ARGENTINA E DO URUGUAI

O AMIGÁVEL COMPOSITOR¹⁴

Nos quatro ordenamentos jurídicos analisados, as partes podem optar por que a arbitragem seja decidida com base na equidade.

Na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, se nada for estabelecido pelas partes, entende-se que a decisão pretendida deve ser obtida *ex aequo et bono*. Diferentemente do Brasil, onde as partes, para obter uma decisão baseada na equidade, deverão manifestar-se expressamente.

Daí surge a distinção entre árbitro e amigável compositor (*amigable componedor*, em espanhol). Entende-se que, quando a decisão proferida basear-se no direito, quem a proferir é um árbitro, também chamado *arbitro iuris*, e que, quando o ditame for baseado na equidade, a decisão será proferida por um compositor amigável.

¹⁴ BARROS, Hamilton de Moraes e. *Comentarios ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Forense, V. 9, p. 398; arts. 946-1, 102. "Há no processo figuras que não se podem confundir e que cumpre sejam examinadas: são elas o árbitro, o arbitrador e o compositor amigável. O compositor amigável, em latim 'amicabilis compositor', deu em italiano o 'amichevole compositore', em espanhol, o 'amigable componedor', em francês o 'amiable compositeur' e em português o 'amigável compositor', expressão e figura que, no nosso Direito, se contrapõem ao árbitro e ao arbitrador".

caso de ausência de manifestação de la voluntad de las partes, es que serán aplicados los procedimientos previstos en cada una de las legislaciones procesales vigentes.

Solamente la ley del Paraguay establece un procedimiento específico.

En los arts. 794 y siguientes del Código Procesal del Paraguay se reglamenta un verdadero procedimiento donde se hace referencia a las notificaciones, plazos, incidentes, costas y multas, sobre el contenido de la demanda y de la reconvención.

Las leyes de Argentina, la nueva ley del Brasil y la del Uruguay no prevén un procedimiento especial; en caso de no manifestarse las partes sobre este aspecto, ellas remiten a la aplicación del procedimiento sumario, en Argentina (art. 751 del Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina) y el ordinario, en caso del Uruguay (art. 489 del Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay).

La nueva ley del Brasil en su art. 21 establece que el procedimiento obedecerá a lo establecido por las partes en la convención de arbitraje, que podrá dirigirse a las reglas de un órgano arbitral institucional o entidad especializada, facultándose a las partes a delegar en los propios árbitros, o en el tribunal arbitral, fijar cual será el procedimiento a seguir.

FIGURAS ESPECIALES PREVISAS EN LOS PROCEDIMIENTOS ARBITRALES DE ARGENTINA Y DE URUGUAY

EL AMIGABLE COMPOSITOR¹⁵

En los cuatro ordenamientos jurídicos analizados, las partes podrán decidir que el arbitraje sea resuelto en base al derecho o a la equidad.

En Argentina, en el Paraguay y en el Uruguay si nada fue establecido por las partes, se entiende que la decisión pretendida

¹⁵ BARROS, Hamilton de Moraes e. *Comentarios ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Forense, V. 9, p. 398; arts. 946-1, 102. "Há no processo figuras que não se podem confundir e que cumpre sejam examinadas: são elas o árbitro, o arbitrador e o compositor amigável. O compositor amigável, em latim 'amicabilis compositor', deu em italiano o 'amichevole compositore', em espanhol, o 'amigable componedor', em francês o 'amiable compositeur' e em português o 'amigável compositor', expressão e figura que, no nosso Direito, se contrapõem ao árbitro e ao arbitrador".

A diferencia radica na forma de se conduzir o procedimento¹⁵. O árbitro seguirá um procedimento escolhido pelas partes ou, subsidiariamente, o estabelecido na legislação processual aplicável ao caso e resolverá segundo a lei material escolhida ou aplicável à controversia, diferentemente do amigável compositor, que decidirá a questão aplicando *su leal saber y entender*, segundo a frase conhecida no direito argentino.

Isso não quer dizer que o amigável compositor desenvolverá o processo sem nenhuma restrição. Ao contrário, deverá respeitar certas limitações básicas, como o direito das partes de serem ouvidas durante o processo e o direito de apresentar as suas argumentações e defesas.

O fato de o amigável compositor decidir a controversia baseado na equidade, não significa que o laudo que venha a proferir seja carente de toda lógica ou sentido. Ao contrário, justamente por terem as partes delegado a ele a faculdade de resolver *ex aequo et bono*, deverá conduzir-se com total lógica jurídica e com total fundamentação. A motivação do laudo já não serão os princípios consagrados pela lei escrita, mas sim os princípios que conduzem a um raciocínio lógico e equitativo para ambas as partes.

No direito brasileiro é excepcional a resolução de uma controversia por amigável compositor. Segundo os autores brasileiros, a resolução da controversia por equidade é uma faculdade excepcional, por isso deve ser expressamente prevista pelas partes. Inclusive, a doutrina tem salientado que uma decisão arbitral baseada na equidade, sem autorização expressa das partes, pode ser considerada inválida¹⁶.

Opostamente à lei brasileira, a lei argentina prevê um procedimento especial a ser seguido quando atua um amigável compositor (arts. 776 e seguintes do *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina, Juicio de Amigables Compondores*).

"PERICIA ARBITRAL" DA ARGENTINA

A *Pericia Arbitral* prevista na lei argentina (art. 773 do *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina*) está a meio caminho

¹⁵ "Por último (y sin perjuicio de otras clasificaciones posibles) nos referimos al *arbitraje jurídico* o de equidad, dicho, entre nosotros, de *amigable composición*, según los hábitos fallen conforme a las reglas jurídicas o de acuerdo con la equidad". VESCOVI, Enrique: *Curso sobre el Código General del Proceso*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1990. T. 2, p. 226. El proceso arbitral.

¹⁶ "A decisão por equidade, quando não foi ela prevista no compromisso, é causa de nulidade do laudo arbitral." BARROS, op. cit., p. 393.

deberá ser obtenida *ex aequo et bono*. A diferencia del Brasil, donde las partes para obtener una decisión en base a la equidad deberá manifestarlo expresamente.

De ahí surge la distinción entre árbitro y amigable compondor (*amigável compositor*, en portugués). Se entiende que cuando la decisión emitida se basó en derecho, quien emitió dicha decisión es un árbitro, conocido también como *arbitro iuris*, y que cuando el dictamen se basó en la equidad, la decisión fue emitida por un amigable compondor.

Cabe aclarar que la ley argentina prevé un procedimiento especial a ser seguido cuando se designa un amigable compondor (arts. 776 y siguientes del *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina, "Juicio de Amigables Compondores"*).

LA PERICIA ARBITRAL DE ARGENTINA

La *Pericia Arbitral* prevista en la ley argentina (art. 773 del *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina*) está a mitad de camino entre el arbitraje y la *Pericia* propiamente dicha.

Haciendo una distinción entre las figuras del perito, del árbitro y del perito árbitro, vemos que el perito es un auxiliar del proceso, su función es la de dar un informe técnico sobre el tema sometido a su apreciación; por su parte el árbitro emite una decisión sobre la controversia llevada a su conocimiento; finalmente, el perito árbitro del derecho argentino emite un dictamen sobre una materia específica, de carácter eminentemente técnico y su decisión es obligatoria para las partes y para el juez.

Diferente es la figura del *arbitrador* brasileño, quien es considerado como un auxiliar del proceso y del juez, y cuyo dictamen pericial no obliga al juez.

La *Pericia Arbitral* es utilizada en los casos previstos en el art. 516¹⁶ del *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina* y cuando las leyes así lo prevean, con la finalidad de resolver las cuestiones

¹⁶ CÓDIGO PROCESAL CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA, art. 516 "Liquidación en casos especiales. Siempre que las liquidaciones o cuentas fueren muy complicadas y de lenta y difícil justificación o requirieren conocimientos especiales, serán sometidas a la decisión de peritos árbitros o, si hubiere conformidad de partes, a la de amigables compondores[...]"

entre a arbitragem propriamente dita e a pericia.

Fazendo uma distinção entre as três figuras, pode-se dizer que o *perito* é um auxiliar do juiz; ele dá um ditame técnico sobre uma questão levada a seu conhecimento; por seu lado, o *árbitro* emite um ditame sobre uma controversia levada ao seu conhecimento; e finalmente o *perito árbitro* do direito argentino profere um ditame técnico sobre uma matéria específica de caráter eminentemente técnico, que obriga as partes e o juiz.

Diferente é a função do arbitrador brasileiro, que é auxiliar do árbitro e do juiz, cujo ditame pericial não obriga o juiz.

A *Pericia Arbitral* é aplicada no caso previsto no art. 516¹⁷ do *Código Processal Civil y Comercial de la Nación Argentina* e quando as leis assim o estabeleçam, com a finalidade de resolver questões de fato previstas expressamente.

“La pericia arbitral procederá en el caso del artículo 516 y cuando las leyes establezcan ese procedimiento con el nombre de juicio de árbitros, arbitradores, peritos o peritos árbitros, para que resuelvan exclusivamente cuestiones de hecho concretadas expresamente.” (Art. 773 do *Código Processal Civil y Comercial de la Nación Argentina*.)

Aplicam-se à *Pericia Arbitral* as disposições referentes aos amigáveis compositores.

ARBITRAJE SINGULAR DO URUGUAI

A lei uruguaia prevê um procedimento simplificado para o caso em que as partes tenham nomeado um único árbitro. “Arbitraje Singular. Aplicación del procedimiento. Cuando existiere acuerdo en el sentido de someter la decisión de un asunto a la resolución de una sola persona, se podrá proceder en la forma establecida en los capítulos anteriores o en la menos solemne prevista en los artículos siguientes.” (Art. 503 do *Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay*.)

Nesse caso, depende da vontade das partes seguir o procedimento previsto para as arbitragens no Código Processual ou aderir ao procedimento simplificado da Arbitragem Singular.

Entende-se que o fato da nomeação de um único árbitro implica que ele conta com a absoluta confiança de ambas as partes, e, portanto, ¹⁷ CÓDIGO PROCESAL CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA, art. 516: “Liquidación en casos especiales. Siempre que las liquidaciones o cuentas fueren muy complicadas y de lenta y difícil justificación o requirieren conocimientos especiales, serán sometidas a la decisión de peritos árbitros o, si hubiere conformidad de partes, a la de amigables compositores[...].”

de hecho previstas expresamente.

“La pericia arbitral procederá en el caso del artículo 516 y cuando las leyes establezcan ese procedimiento con el nombre de juicio de árbitros, arbitradores, peritos o peritos árbitros, para que resuelvan exclusivamente cuestiones de hecho concretadas expresamente.” (Art. 773 del Código Processal Civil y Comercial de la Nación Argentina.)

A la Pericia Arbitral les son aplicadas las mismas disposiciones previstas en el Código Processal para los amigables compositores.

EL ARBITRAJE SINGULAR DEL URUGUAY

La ley uruguaia prevé un procedimiento simplificado para el supuesto en que las partes hayan designado un único árbitro (art. 503 del Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay).

En este caso, las partes son libres para seguir el procedimiento previsto para el arbitraje en el Código Processal, o para adherirse al procedimiento simplificado del Arbitraje Singular.

“Arbitraje Singular. Aplicación del procedimiento. Cuando existiere acuerdo en el sentido de someter la decisión de un asunto a la resolución de una sola persona, se podrá proceder en la forma establecida en los capítulos anteriores o en la menos solemne prevista en los artículos siguientes.” (Art. 503 del Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay.)

La ley considera que el hecho de que las partes hayan designado un único árbitro, implica que el mismo cuenta con la absoluta confianza de ambas partes, por lo tanto, la ley ofrece un procedimiento más simple “... que permite al árbitro actuar dentro de límites muy amplios, con la mayor concentración, inmediatez y celeridad.”¹⁷

4. LAUDO ARBITRAL

En Argentina, en la nueva ley del Brasil, en Paraguay y en Uruguay el laudo es equiparado a la sentencia, lo que significa que goza de los mismos efectos ejecutivos que aquella. Así, en caso que la parte

¹⁷ VESCOVI, Enrique. *Curso sobre el Código General del Proceso*. Fundación de Cultura Universitaria, 1990. T. 2, p. 230: El proceso arbitral.

a lei oferece um procedimento mais simples e "... que permite al árbitro actuar dentro de límites muy amplios, con la mayor concentración, inmediatez y celeridad."¹⁸

4. LAUDO ARBITRAL

Na Argentina, na nova lei do Brasil, no Paraguai e no Uruguai o laudo é equiparado à sentença, o que significa que goza dos mesmos efeitos executivos desta. Assim, caso a parte obrigada a cumpri-lo não o faça voluntariamente, a parte interessada em sua execução poderá socorrer-se da justiça togada e o juiz executará o laudo.

No Brasil, anteriormente à sanção da nova lei, o laudo arbitral não tinha, por si, força executória; após proferido, devia, na antiga legislação, ser apresentado perante o juiz que originariamente teria competência para o julgamento da causa (art. 1.097 do Código de Processo Civil, hoje derogado).

Somente após sua homologação é que o laudo arbitral adquire força executória no Brasil.

Essa situação mudou com a sanção da nova lei. No art. 31, declara-se que o laudo arbitral "... produz... os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo"¹⁹

5. EXECUÇÃO DO LAUDO ARBITRAL

Uma vez proferido o laudo arbitral, e caso a parte condenada se recuse a fazê-lo, os ordenamentos jurídicos outorgam os meios legais para que o mesmo seja executado.

Na Argentina, no Paraguai e no Uruguai os *laudos arbitraris nacionales* são executados seguindo o procedimento de execução de sentenças nacionais. Assim, na Argentina segue-se o procedimento previsto no art. 499 do *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina* intitulado *Sentencias de Tribunales Argentinos*; no Paraguai, o art. 519 do *Código Procesal del Paraguay* intitulado *De la Ejecución de Sentencias de Tribunales Paraguayos*; e, no Uruguai, o art. 377 do *Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay*, intitulado *Procesos de Ejecución*.

¹⁸ VESCOVI, op. cit., p. 230.

¹⁹ Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Ver também CARMONA, Carlos Alberto. *A arbitragem no processo civil brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1993. p. 164.

condenada a cumpri-la no lo haga voluntariamente, la parte interesada en su ejecución podrá acudir a la justicia estatal y el juez ejecutará el laudo.

En el Brasil, anteriormente a la sanción de la nueva ley, el laudo arbitral no tenía fuerza ejecutiva; una vez emitido, el mismo debía ser presentado ante el Juez que originariamente tendría competencia para decidir en la causa para proceder a su homologación (art. 1.097 del Código de Proceso Civil, hoy derogado).

La homologación consiste en la legalización del laudo, es decir, sólo después de haber sido homologado el laudo arbitral adquire fuerza ejecutiva en el Brasil.

Essa situação mudou com a sanção da nova lei. En el art. 31, se establece que el laudo arbitral "... produz... os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo"¹⁸.

5. EJECUCIÓN DEL LAUDO ARBITRAL

Una vez emitido el laudo arbitral, y en caso que la parte condenada se niegue a su cumplimiento, los ordenamientos jurídicos en análisis otorgan los medios legales para proceder a la ejecución del mismo.

En Argentina, Paraguay y en Uruguay los *laudos arbitraris nacionales* son ejecutados siguiendo el procedimiento de ejecución de sentencias nacionales. Así, en Argentina se sigue el procedimiento previsto en el art. 499 del *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación Argentina*, intitulado *Sentencias de Tribunales Argentinos*; en el Paraguay, el art. 519 del *Código Procesal del Paraguay*, intitulado *De la Ejecución de Sentencias de Tribunales Paraguayos*; y en el Uruguay, el art. 377 del *Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay*, intitulado *Procesos de Ejecución*.

Los *laudos arbitraris extranjeros* en Argentina (art. 519 bis del *Código Procesal Civil y Comercial de la República Argentina*) y en el Paraguay (art. 532 del *Código Procesal del Paraguay*) son ejecutados siguiendo el procedimiento para ejecutar sentencias extranjeras.

Los procedimientos mencionados otorgan el *exequatur* a los laudos arbitraris extranjeros, así como ocurre con las sentencias extranjeras

¹⁸ CARMONA, Carlos Alberto. *A Arbitragem no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1993. p.164.

Os *laudos arbitraris estrangeiros* na Argentina (art. 519 bis do *Código Procesal Civil y Comercial de la Republica Argentina*) e no Paraguai (art. 532 do *Código Procesal del Paraguay*) são executados seguindo o procedimento para execução de sentenças estrangeiras.

Os procedimentos mencionados outorgam o *exequatur* aos laudos arbitraris estrangeiros, assim como acontece com as sentenças estrangeiras que pretendam ser executadas nesses países.

No Uruguai, o laudo arbitral estrangeiro primeiramente deverá obter o *exequatur* perante a *Suprema Corte de Justicia* (art. 541.2 do *Código General del Proceso de la Republica Oriental del Uruguay*); logo após, poderá ser executado pelo juiz competente (art. 541.3 do *Código General del Proceso de la Republica Oriental del Uruguay*).

No Brasil, os *laudos arbitraris nacionales*, após a sanção da nova lei, já não mais deverão ser homologados pelo juiz competente para que adquiram força executória. Ficou claramente estipulado na lei que "a sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo" (art. 31, lei n.º 9.307).

Neste país, anteriormente à sanção da nova lei, aplicava-se aos *laudos arbitraris estrangeiros* o seguinte procedimento: deviam ser primeiramente homologados no país de origem; logo após, deviam ser homologados perante o Supremo Tribunal Federal e, uma vez obtido o *exequatur*, podiam ser executados pelo juiz competente a tal efeito.

"Os laudos estrangeiros podem e devem ser homologados no seu país de origem, para que produzam efeitos no Brasil. Na realidade é, então, à sentença homologatória estrangeira que se dá o *exequatur*."²⁰

As exigências supramencionadas eram fruto da jurisprudência do país, e não consequência de exigências legais. A lei, no Brasil, não fazia referência aos laudos arbitraris estrangeiros. Quando a lei se referia aos laudos arbitraris, não distinguia entre nacionais ou estrangeiros, mas a tradição judiciária do país estabeleceu que se aplicava aos laudos arbitraris estrangeiros o mesmo procedimento fixado para a homologação das sentenças estrangeiras no país.

A exigência do que se conhecia na doutrina brasileira como a *dupla*

²⁰ MAGALHÃES, José Carlos de, BAPTISTA, Luiz Olavo, *Arbitragem comercial*. Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica F. Bastos, 1986; p. 89.

que pretendam ser executadas em ese país.

En el Uruguay, el laudo arbitral extranjero primeramente deberá obtener el *exequatur* ante la Suprema Corte de Justicia (art. 541.2 del Código General del Proceso de la Republica Oriental del Uruguay); posteriormente, podrá requerirse su ejecución ante el juez competente (art. 541.3 del Código General del Proceso de la República Oriental del Uruguay).

En el Brasil, los *laudos arbitraris nacionales*, después de la sanción de la nueva ley, ya no es más necesario homologar los laudos arbitraris ante el Juez competente para que adquirieran carácter de título ejecutivo.

En dicho país, anteriormente a la sanción de la nueva ley, se aplicaba a los *laudos arbitraris extranjeros* el siguiente procedimiento: debían ser primeramente homologados en el país de origen, para que, *a posteriori*, pudiesen ser reconocidos ante el Supremo Tribunal Federal (aplicándoseles el mismo procedimiento que para el reconocimiento de Sentencias Extranjeras; dicho procedimiento de reconocimiento de sentencias extranjeras se conoce en el Brasil como *Homologação de Sentenças Estrangeiras*). Una vez obtenido el *exequatur*, podían ser ejecutados ante el Juez competente.

"Os laudos estrangeiros podem e devem ser homologados no seu país de origem, para que produzam efeitos no Brasil. Na realidade é, então, à sentença homologatória estrangeira que se dá o *exequatur*."¹⁹

Las exigencias *supra* mencionadas son disposiciones fruto de la jurisprudencia del país, y no consecuencia de dispositivos legales. La ley en el Brasil no hacía mención a los laudos arbitraris extranjeros. Cuando la ley se refería a los laudos arbitraris, no distinguía entre nacionales y extranjeros, era la jurisprudencia del país la que había determinado en reiteradas oportunidades que a los laudos arbitraris extranjeros les eran aplicadas las mismas normas que para el reconocimiento de las sentencias extranjeras.

La exigencia de lo que se conoce en la doctrina brasileña como de la *dupla homologação*²⁰ de los laudos extranjeros (es decir aquella que exige que los laudos extranjeros deben ser previamente homologados

¹⁹ MAGALHÃES, José Carlos de, op. cit., p. 89.

²⁰ "Os laudos estrangeiros podem e devem ser homologados no seu país de origem, para que produzam efeitos no Brasil. Na realidade é, então, à sentença homologatória estrangeira que se dá o *exequatur*." MAGALHÃES, op. cit., p. 89.

*homologação*²¹ dos laudos estrangeiros era sumamente criticada pelos autores nacionais, que consideravam tal procedimento contrário ao espírito de celeridade e praticidade da atividade arbitral.

Tal exigência, inclusive, tornava-se insólita nos casos de laudos arbitrais proferidos em países onde não se prevê a homologação prévia para lhes outorgar a qualidade de sentenças²².

Alguns autores afirmavam que, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal de 1978, com o julgamento da Homologação da Sentença Estrangeira nº 2.486-1, o Supremo Tribunal Federal entendeu por dispensar a homologação do país de origem quando a lei do lugar assim o determinasse²³.

Mas, na verdade, e segundo nossa interpretação após ter consultado aquela decisão, não cremos que tal decisão tivesse a força suficiente para acabar com a "dupla homologação" dos laudos arbitrais estrangeiros; pelo contrário, aparentemente o Supremo Tribunal Federal continuou exigindo a prévia homologação do laudo no país de origem para que este pudesse ser homologado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil.

Consideramos, junto à maioria dos autores brasileiros, que a exigência estabelecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de requerer a homologação no país de origem dos laudos arbitrais estrangeiros, ainda que não esteja contemplada na legislação do país onde foi proferida, era excessiva.

Felizmente, com a sanção da nova lei sobre arbitragem, dita situação estaria resolvida em virtude do artigo 35, onde se estabelece que, "para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, *unicamente*, à homologação do Supremo Tribunal Federal" (art. 35, Lei nº 9.307, de 23.9.96).

Segundo nossa interpretação, com a inserção da expressão *unicamente* o legislador acabou com qualquer dúvida a respeito da

²¹ "Os laudos estrangeiros podem e devem ser homologados no seu país de origem para que produzam efeitos no Brasil. Na realidade é, então, a sentença homologatória estrangeira que se dá o 'exequatur'." MAGALHÃES, op. cit., p. 89.

²² HUCK, Hermes Marcelo. *Sentença Estrangeira e Lex Mercatoria: horizontes e fronteiras do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 74.

²³ DOLINGER, Jacob. *Brazilian Confirmation of Foreign Judgments. The International Lawyer*, v. 19, n. 3, p. 871.

en el país de origen, para que después puedan ser reconocidos por el Supremo Tribunal Federal) era sumamente criticada por los autores nacionales, quienes consideraban que dicha exigencia iba contra el espíritu de celeridad y pragmatismo que caracteriza la actividad arbitral.

Inclusive, dicha exigencia carecía de sentido en los casos de laudos arbitrales emitidos en países donde no existe el instituto de la homologación como paso previo para otorgarle al laudo arbitral fuerza ejecutiva²¹.

Algunos autores afirmaban que a partir del fallo dictado por el Supremo Tribunal Federal en 1978, en el caso de la *Homologación da Sentença Estrangeira nº 2.486-1*, dicho tribunal consideró dispensar la homologación en el país de origen cuando la ley del lugar de emisión del laudo así lo determinase²².

Pero en verdad, y según nuestra interpretación después de haber consultado aquella decisión, no cremos que aquel fallo tuviese peso suficiente como para acabar con la exigencia de la *dupla homologação*; por el contrario, aparentemente el Supremo Tribunal Federal continuó exigiendo la homologación previa del laudo en el país de origen para que recién después, el mismo pudiese ser reconocido y ejecutado en el Brasil.

Consideramos, junto a la mayoría de los autores brasileños, que la exigencia establecida por la jurisprudencia del Supremo Tribunal Federal, en el sentido de exigir la homologación previa en el país de origen, inclusive en aquellos casos en que la legislación del país donde fue emitido, era excesiva.

Felizmente, con la sanción de la nueva ley sobre arbitraje, dicha situación estaría resuelta en virtud del art. 35, donde se establece que, "para ser reconocida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, *unicamente*, à homologação do Supremo Tribunal Federal" (art. 35, Ley nº 9.307, de 23.9.96).

Según interpretamos, con la inclusión de la palabra *unicamente* el legislador acabó con cualquier duda respecto a la vigencia de la exigencia de la *dupla homologação*.

²¹ HUCK, Hermes Marcelo. *Sentença Estrangeira e Lex Mercatoria: horizontes e fronteiras do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 74.

²² DOLINGER, Jacob. *Brazilian Confirmation of Foreign Judgments. The International Lawyer*, v. 19, n. 3, p. 871.